

# PROJETO DE LEI Nº DE OUTUBRO 2023

Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dá outras providências.

**Art. 1º.** As prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, poderão ser efetivadas mais de uma única vez desde que autorizadas pelo Congresso Nacional.

**Art. 2º.** A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23-A. Nas prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica, realizadas a partir da vigência deste artigo, deverão ser consideradas as seguintes premissas:

I - As distribuidoras, seus controladores ou controladas de seus controladores ou empresas com controle comum não poderão atender novos consumidores no ambiente de contratação livre, mantendo os atuais até o final dos respectivos contratos, sendo proibido o aditivo dos contratos com aumento de prazo de validade ou de quantidade de energia, devendo a energia após o final do fim do contrato ser recolocada no ambiente de contratação regulada;

II - O limite para a inserção de Geração Distribuída na área de atuação de uma concessionária de distribuição é de 10% (dez por cento), após o atingimento deste limite a concessionária não está mais obrigada a fornecer ponto de conexão para novos acessantes.

III - A renovação da concessão poderá não ser onerosa, contudo, ficarão a cargo das concessionárias após a renovação o pagamento dos seguintes custos, devendo a ANEEL, calcular a tarifa sem considerar estes encargos:

- a) Manutenção do desconto de até 65% (sessenta e cinco por cento) na tarifa social de energia, isto é, para consumidores até 150 kWh/mês que atendam aos requisitos a serem estabelecidos pela ANEEL;



b) Investimentos para universalização do sistema de distribuição conforme cronograma anual disponibilizado pela ANEEL, cujo objetivo final é garantir a universalização até 2030.

IV - Fica assegurada a manutenção, de no mínimo, 70% do mercado de energia anual para a concessionária de distribuição, não podendo haver renovação de contratos no ambiente livre, na área de concessão da companhia quando este limite for alcançado.

V - Fica assegurada a isenção de tributos federais e estaduais para a energia destinada a consumidores que pagam a tarifa social.

VI - As perdas não-técnicas não poderão ser consideradas pela ANEEL nos processos de reajuste e revisão tarifária, sendo de responsabilidade da Concessionária de Distribuição de energia elétrica, exceto se comprovada a ausência da presença do Estado na área de atuação, impedindo a segurança e acesso de funcionários ou prepostos das Companhias para o correto desempenho das atividades, neste caso o impacto financeiro ocasionado por esta ausência do Estado poderá ser compensado com créditos fiscais junto as Fazendas Federais e Estaduais.

VII - Os conselhos de administração das Concessionárias de Distribuição de energia Elétrica deverão garantir, no mínimo, 20% das vagas para representante indicados pelas Unidades da Federação onde está constituída a área de concessão.

VIII - As prorrogações deverão ter prazo limitado a 15 (quine) anos.

IX - A ANEEL deverá estabelecer prazo para que as concessionárias de distribuição procedam a implantação de redes de distribuição subterrâneas, para municípios com população igual ou superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes.

**Art. 3º.** A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 1º Na contratação regulada, os riscos hidrológicos serão assumidos, em proporções iguais pelos geradores e



pelos compradores, vedado o repasse às tarifas dos consumidores finais, conforme as seguintes modalidades contratuais:

.....  
 .....

Art. 2-E A contratação de energia realizada na forma do disposto no art. 2-B desta Lei, não poderá ser realizada mais após a entrada em vigor deste artigo, devendo toda contratação das concessionárias de distribuição ser realizada por meio de processo competitivo.”

**Art. 4º.**A energia proveniente de Itaipu, Angra I e II e de outros empreendimentos nucleares ou empreendimentos de geração que o Poder Executivo declarar como estratégicos e fundamentais para a garantia da confiabilidade e segurança energética deverão ter a sua energia alocada a todos os consumidores nacionais, com seus custos suportados na forma do art. 3-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, devendo a ANEEL proceder os ajustes com relação a contratação das Concessionárias de Distribuição.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICACÃO

A lei que tratam das concessões de serviço público - incluindo-se a distribuição que é o objeto deste projeto de Lei - são originalmente do meado da década de 90, tendo sofrido algumas atualizações por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; a Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, dentre outras. Contudo, o que tem se observado é que estas atualizações pontuais não enfrentam os novos desafios recentes que impactaram o setor elétrico, em especial a inserção dos chamados “Recursos Distribuídos”, que afetam diretamente o planejamento para atendimento do mercado. Considerando estes impactos a própria abertura do mercado deve ser ajustado para permitir que as distorções sejam resolvidas evitando que os impactos das liberações impactem apenas o mercado regulado, criando um círculo vicioso, que no limite pode ferir de morte as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Inicialmente, considerando os argumentos que têm sido recorrentemente colocados pelo Governo Federal para



justificar a prorrogação das concessões e não a sua licitação - tendo em vista a economicidade, o interesse público e a garantia de fornecimento aos consumidores - prevê-se aqui a possibilidade de mais de uma prorrogação desde que autorizada pelo Congresso Nacional.

O projeto enfrenta uma questão fundamental que é o fato das empresas que detêm a concessão de distribuição e, portanto, os dados e informações sobre todos os hábitos dos consumidores, possam retirá-los da sua base de consumidores regulados e atendê-los como consumidor livre. Claramente esta possibilidade cria um agente com vantagens estratégicas sem precedente, em clara falta de isonomia. Portanto, nem a distribuidora, nem empresas do mesmo grupo econômico poderiam atender consumidores livres, ressaltados eventuais contratos - os quais se constituem em instrumento jurídico perfeito - já assinados em andamento, vedado qualquer aditivo destes contratos.

Outro ponto do projeto busca corrigir o impacto da Geração Distribuída - GD nas distribuidoras, estabelecendo um limite de penetração vinculado ao mercado da distribuidora. Isto evitará desequilíbrios entre as diversas concessionárias de distribuição. O limite aqui adotado é equivalente ao já previsto limite de "self-dealing".

A possibilidade de renovação não onerosa é reforçada desde que as distribuidoras assumam basicamente dois compromissos: (i) a manutenção dos descontos aos consumidores de baixa renda; (ii) a universalização do atendimento aos consumidores até 2030. Ambos os compromissos estão dentro do conceito de uma concessionária de serviço público, que deve atender a totalidade de seus usuários.

Os descontos aos consumidores de baixa renda enquadram-se como um programa social, portanto uma ação do Estado brasileiro para reduzir as desigualdades sociais e permitir que os brasileiros menos favorecidos tenham condição de acesso a este insumo importante que é a energia elétrica. Desta forma, fica previsto que a contrapartida desta ação das distribuidoras dar-se-á com a isenção de impostos federais e estaduais sobre o montante desta energia destinada a esta classe menos favorecida.

Da mesma forma, buscando a sustentabilidade econômico-financeira da distribuidora, busca-se uma estabilidade do mercado de fornecimento de energia elétrica, de forma que se garanta previsibilidade na aquisição de energia elétrica evitando tanto a sobre contratação quanto a falta de



energia. Para isto o projeto define uma meta de 70% do mercado a ser respeitado, não podendo haver liberação de consumidores quando este piso for atingido. Esta previsibilidade resultará ao final em modicidade tarifária ao consumidor regulado.

Com relação as perdas não=técnicas no serviço de distribuição de energia elétrica, o projeto vem consolidar uma prática que já vem sendo aplicada pela Agência Reguladora Setorial, com o estabelecimento de metas decrescentes de perdas não-técnicas. Neste caso, para a prorrogação não será admitido mais este custo nas tarifas. Entretanto, considera-se que no caso em que as atividades inerentes a prestação deste serviço público não podem ser realizadas, que então estas perdas devem ser consideradas, contudo, devendo ser bancadas com compensações fiscais nos impostos federais e estaduais, alocando as perdas - em relação de causa e efeito - nos agentes que são responsáveis pela dificuldade de prestação do serviço.

Outra mudança realizada pelo projeto é alocar as contratações estratégicas feitas anteriormente para garantir a segurança e confiabilidade do Sistema Interligado Nacional - SIN, sejam alocados em todos os consumidores, pois o objetivo destas contratações foi garantir a segurança no suprimento de energia.

Sala das Sessões, Brasília 04 de outubro de 2023

**DEP. JOÃO CARLOS BACELAR**  
**PL-BA**



5

